

RIA Nº 238/2014-MP/PJ.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 9 de setembro de 2014.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 6203/2014-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO os termos do Ofício nº 136/2014/CRAPSII, de 5/9/2014, protocolizado sob o nº 38395/2014, em 9/9/2014;
CONSIDERANDO os termos do art. 3º e seu parágrafo único, da Resolução nº 008/2007-MP/CPJ, de 22/10/2007;

R E S O L V E :

DESIGNAR o Promotor de Justiça ALFREDO MARTINS DE AMORIM para, sem prejuízo de suas atribuições, exercer a função de Coordenador da Região Administrativa Sudeste II - Redenção, no período de 5/9 a 31/12/2014.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 23 de setembro de 2014.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 378/2015-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E :

DISPENSAR o servidor efetivo JERÔNIMO ALVES DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, da função gratificada de Chefe de Apoio das Promotorias do Interior, designado pela PORTARIA Nº 5090/2014-MP/PJ, de 12/8/2014, a partir de 1º/1/2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 29 de janeiro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 379/2015-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E :

DESIGNAR a servidora DAILMA DA SILVA MEDEIROS, ocupante do cargo de Auxiliar de Administração, para exercer a função gratificada de Chefe de Apoio das Promotorias do Interior, MP-FG.2, a partir de 1º/1/2015, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 29 de janeiro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 706/2015-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o disposto no art. 2º da Resolução nº 025/2012-CPJ, de 20/9/2012

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 018/2015/MP/GAECO, de 6/2/2015, protocolizado sob o nº 5971/2015, em 9/2/2015,

R E S O L V E :

DESIGNAR o Promotor de Justiça HARRISON HENRIQUE DA CUNHA BEZERRA para, sem prejuízo de suas atribuições na Promotoria de Justiça de Nova Timboteua, integrar o Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado -GAECO, a contar de 9/2/2015, até ulterior deliberação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 12 de fevereiro de 2015.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo: 593578

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Núm. da Dispensa: 029/2020-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa M H S FURTADO PROVEDORES EIRELI (CNPJ nº 18.174.153/0001-10).

Objeto: Prestação de serviço de acesso à internet para atendimento da Promotoria de Justiça Mocajuba/PA.

Valor Total: R\$ 10.900,00 (dez mil e novecentos reais).

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto 9.412/2018.

Data da Assinatura: 23/10/2020.

Dotação Orçamentária:

Atividade: 12101.03.091.1494.8758

Elemento de despesa: 339040

Fonte de Recurso: 0101

Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 593761

Núm. da Dispensa: 028/2020-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa M.V.M. TELECOMUNICAÇÕES SERVIÇOS DE INTERNET EIRELI (CNPJ 11.993.337/0001-63).

Objeto: Prestação de serviço de acesso à internet de 30 Mbps, com velocidade de 99,7%, para atendimento da Promotoria de Justiça de Barcarena/PA.

Valor Total: R\$ 3.840,00 (três mil, oitocentos e quarenta reais).

Fundamento Legal: Art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93 e Decreto 9.412/2018.

Data da Assinatura: 23/10/2020.

Dotação Orçamentária:

Atividade: 12101.03.091.1494.8758

Elemento de despesa: 339040

Fonte de Recurso: 0101

Ordenador Responsável: Dr. Gilberto Valente Martins.

Protocolo: 593750

FÉRIAS

PORTARIA Nº 4893/2014-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E :

I - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da Promotora de Justiça ANDREA ALICE BRANCHES NAPOLEÃO, estabelecidas pela PORTARIA Nº 7780/2013-MP/PJ, de 12/12/2013, no período de 1º a 30/8/2014, para gozo oportuno.

II - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Procurador de Justiça ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA, estabelecidas pela PORTARIA Nº 3839/2014-MP/PJ, de 17/6/2014, no período de 7/7 a 5/8/2014, a contar de 17/7/2014, restando-lhe 20 (vinte) dias para gozo oportuno.

III - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Promotor de Justiça BEZALIEL CASTRO ALVARENGA, estabelecidas pela PORTARIA Nº 7780/2013-MP/PJ, de 12/12/2013, no período de 1º a 30/8/2014, para gozo oportuno.

IV - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Procurador de Justiça CLAUDIO BEZERRA DE MELO, estabelecidas pela PORTARIA Nº 7299/2013-MP/PJ, de 25/11/2013, no período de 15/7 a 13/8/2014, para gozo oportuno.

V - SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da Promotora de Justiça FÁBIA DE MELO-FOURNIER, estabelecidas pela PORTARIA Nº 4214/2014-MP/PJ, de 3/7/2014, no dia 18/7/2014, restando-lhe 1 (um) dia para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 5 de agosto de 2014.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 5328/2014-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,

R E S O L V E :

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Promotor de Justiça WALCY CEZAR DA SILVA RIBEIRO, estabelecidas pela PORTARIA Nº 7780/2013-MP/PJ, de 12/12/2013, nos períodos de 1º a 30/9/2014 e 1º a 30/10/2014, para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 22 de agosto de 2014.

MIGUEL RIBEIRO BAÍA

Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA Nº 5610/2014-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

I - AUTORIZAR a Promotora de Justiça LEANE BARROS FIUZA DE MELLO, gozar 8 (oito) dias de férias, estabelecidas pela PORTARIA Nº 3179/2014-MP/PJ, de 21/5/2014, e suspensas pela PORTARIA Nº 3261/2014-MP/PJ, de 26/5/2014, no período de 29/7 a 5/8/2014.

II - AUTORIZAR o Promotor de Justiça PEDRO PAULO BASSALO CRISPINO, gozar 11 (um) dia restante de férias, estabelecido pela PORTARIA Nº 3988/2012-MP/PJ e suspenso pela PORTARIA Nº 5028/2012-MP/PJ, de 7/11/2012, no dia 31/7/2014.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 2 de setembro de 2014.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Subprocurador-Geral de Justiça, para a área Jurídico-Institucional,

com delegação de Procurador-Geral de Justiça

(PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PJ)

PORTARIA Nº 5616/2014-MP/PJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a autonomia administrativa do Ministério Público, assegurada pela Constituição Federal em seu art. 127, § 2º;

CONSIDERANDO a competência administrativa do Procurador-Geral de Justiça, estabelecida no art. 18, inciso V, da Lei Complementar n.º 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará); CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços no Ministério Público do Estado do Pará,